

BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 127 - FEVEREIRO DE 2020

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Lei Complementar.....	2
Leis Ordinárias.....	2
Decretos.....	5

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Leis Ordinárias.....	6
Decretos.....	7

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Portarias.....	8
Pareceres.....	9

PROCURADORA-GERAL DO ESTADO
Célia Iraci da Cunha

PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA
ASSUNTOS JURÍDICOS
Eduardo Zanatta Brandeburgo

GOVERNO DE
SANTA CATARINA



LEI COMPLEMENTAR

LEI COMPLEMENTAR Nº 754

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui o programa estadual de transporte escolar para os alunos da educação básica da rede pública estadual de ensino e estabelece outras providencias. ([Inteiro teor](#))

LEI COMPLEMENTAR Nº 755

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre os emolumentos no estado de Santa Catarina e adota outras providencias. ([Inteiro teor](#))

LEI COMPLEMENTAR Nº 756

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o art. 8º da lei complementar nº 175, de 1998, que regula, no âmbito estadual, a gratuidade determinada pela lei federal nº 9.534/97,

do registro civil de nascimento e óbito e da primeira certidão relativa a tais atos, ou das demais certidões em favor de pessoas reconhecidamente pobres, pelos ofícios de registros civil não oficializados, institui o selo de fiscalização e da outras providencias, com o fim de aumentar o valor do selo de fiscalização. ([Inteiro teor](#))

LEI COMPLEMENTAR Nº 757

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera a tabela VII - atos comuns e isolados, da lei complementar nº 219, de 31 de dezembro de 2001. ([Inteiro teor](#))

LEI COMPLEMENTAR Nº 758

27 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a composição das comissões de

processo administrativo disciplinar e de sindicância acusatória ou punitiva e a aplicação de penas disciplinares aos servidores do quadro de pessoal da assembleia legislativa do estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI COMPLEMENTAR Nº 759

28 DE JANEIRO DE 2020

Reestrutura as funções de confiança e gratificadas do quadro de pessoal da assembleia legislativa, constantes da resolução nº 002, de 2006 (inclusive as decorrentes do seu art. 31), que dispõe sobre o quadro de pessoal, o plano de carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da assembleia legislativa do Estado de Santa Catarina, convalidada pela lei complementar nº 642, de 2015. ([Inteiro teor](#))

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 17.835

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza a doação de imóvel no município de Biguaçu. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.836

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza a doação de imóvel no município de Peritiba. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.837

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza a doação de imóvel no município de Florianópolis. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.838

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza a doação de imóvel no município de Guarujá do Sul. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.839

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza a doação de imóvel no município de Paial. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.840

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza a doação de imóveis no município de Paial. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.841

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza a doação de imóvel no município de Biguaçu. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.842

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza a doação de imóvel no município de Içara. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.843

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza a doação de imóvel no município de Dionísio Cerqueira. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.844

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza a doação de imóvel no município de Celso Ramos. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.845

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza a doação de imóvel no município de São Lourenço do Oeste. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.846

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Palhoça. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.847

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Florianópolis. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.848

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Seara. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.849

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Florianópolis. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.850

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Curitiba. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.851

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza a cessão de uso de imóveis no município de cunha Porã. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.852

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza a cessão de uso de imóvel no município de concórdia. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.853

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Florianópolis. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.854

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza a cessão de uso compartilhado de imóvel no município de São Bento do Sul. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.855

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Florianópolis. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.856**26 DE DEZEMBRO DE 2019**

Autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Palmitos. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.857**26 DE DEZEMBRO DE 2019**

Autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Joinville. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.858**26 DE DEZEMBRO DE 2019**

Autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.859**26 DE DEZEMBRO DE 2019**

Autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Curitiba. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.860**26 DE DEZEMBRO DE 2019**

Autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.861**26 DE DEZEMBRO DE 2019**

Autoriza a concessão de uso de imóveis no município de Joinville. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.862**26 DE DEZEMBRO DE 2019**

Autoriza a concessão de uso de imóvel no município de São José. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.863**26 DE DEZEMBRO DE 2019**

Altera os arts. 2º e 3º da lei nº 16.791, de 2015, que autoriza a doação de imóvel no município de Turvo. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.864**26 DE DEZEMBRO DE 2019**

Altera o art. 3º da lei nº 14.689, de 2009, que autoriza a doação de imóveis no município de Florianópolis. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.865**26 DE DEZEMBRO DE 2019**

Altera o art. 3º da lei nº 16.775, de 2015, que autoriza a doação de imóvel no município de Iomerê. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.866**26 DE DEZEMBRO DE 2019**

Altera o art. 3º da lei nº 17.159, de 2017, que autoriza a doação de imóvel no município de Rio do Campo. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.867**26 DE DEZEMBRO DE 2019**

Atera os arts. 2º e 3º da lei nº 14.143, de 2007, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Biguaçu. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.868**26 DE DEZEMBRO DE 2019**

Altera o art. 2º da lei nº 16.254, de 2013, que autoriza a doação de imóveis no município de Florianópolis. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.869**26 DE DEZEMBRO DE 2019**

Autoriza a permuta de imóvel no município de São Carlos e a doação de imóvel no município de São Francisco do Sul e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.870**26 DE DEZEMBRO DE 2019**

Institui o fundo de aparelhamento da defensoria pública do estado de Santa Catarina (fadep-sc). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.871**26 DE DEZEMBRO DE 2019**

Autoriza a desafetação e doação a união de trecho da rodovia sc-114 no município de São Joaquim. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.872**26 DE DEZEMBRO DE 2019**

Denomina de Júlio Cesar de Borba a unidade de terapia intensiva (uti) do hospital dr. Waldomiro Colautti, localizado no município de Ibirama. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.873**26 DE DEZEMBRO DE 2019**

Altera o anexo i da lei nº 16.720, de 2015, que consolida as leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do estado de Santa Catarina, com o escopo de retificar o item 19 do seu anexo i, referente ao município de Florianópolis, para a correta delimitação dos trechos que menciona. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.874**26 DE DEZEMBRO DE 2019**

Institui o plano plurianual para o quadriênio 2020-2023 e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.875**26 DE DEZEMBRO DE 2019**

Estima a receita e fixa a despesa do estado para o exercício financeiro de 2020. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.876**27 DE DEZEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a concessão mensal de auxílio-alimentação por dia trabalhado aos membros e servidores da defensoria pública do estado de Santa Catarina e aos integrantes do corpo temporário de inativos da segurança pública (ctisp) que estejam prestando serviços a instituição. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.877**27 DE DEZEMBRO DE 2019**

Altera a lei nº 17.763, de 2019, que reinstalou benefícios fiscais relativos ao imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.878**27 DE DEZEMBRO DE 2019**

Altera as leis nºs 3.938, de 1966; 7.541, de 1988; 10.297, de 1996; 14.605, de 2008; 14.961, de 2009; e 17.762, de 2019; e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.879**3 DE JANEIRO DE 2020**

Dispõe sobre a expedição do certificado de registro de veículos (crv) e o certificado de registro e licenciamento de veículos (crlv) no estado e adota outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.880**17 DE JANEIRO DE 2020**

Altera o anexo i da lei nº 17.335, de 2017, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas festivas alusivas no âmbito do estado de Santa Catarina, para instituir o dia estadual de combate ao feminicídio, no âmbito do estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.881**17 DE JANEIRO DE 2020**

Altera o anexo II da lei nº 17.335, de 2017, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do estado de Santa Catarina, para instituir a semana estadual de combate ao bullying. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.882**17 DE JANEIRO DE 2020**

Altera o anexo II da lei nº 17.335, de 2017, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do estado de Santa Catarina, para instituir a semana estadual de prevenção de acidentes domésticos com idosos. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.883**17 DE JANEIRO DE 2020**

Altera o anexo IV da lei nº 17.335, de 2017, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do estado de Santa Catarina, para instituir a festa do trator, do município de Ireneópolis. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.884**17 DE JANEIRO DE 2020**

Institui nas escolas públicas do estado de Santa Catarina a semana estadual para conscientização dos riscos do uso das pipas com fio cortante e adota outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.885**17 DE JANEIRO DE 2020**

Altera a lei nº 17.292, de 2017, que consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência, para incluir, no seu art. 8º, a divulgação dos direitos das pessoas com deficiência no rol dos objetivos a serem alcançados. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.886**17 DE JANEIRO DE 2020**

Denomina Professora Norma Giovanella o ginásio de esportes da escola de educação básica Teófilo Nolasco de Almeida, no município de Benedito Novo. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.887**17 DE JANEIRO DE 2020**

Reconhece o município de Águas Frias como a capital catarinense do abraço. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.888**17 DE JANEIRO DE 2020**

Altera o anexo único da lei nº 16.733, de 2015, que consolida as leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do estado de Santa Catarina, para alterar a denominação da associação evangélica beneficente assistência social de Santa Catarina para associação evangélica beneficente de assistência social (AEBAS), de Florianópolis. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.889**17 DE JANEIRO DE 2020**

Cria escritaria de paz nos municípios de Formosa do Sul, Santiago do Sul, Saltinho, Santa Teresinha do progresso, São Bernardino e Zortea. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.890**23 DE JANEIRO DE 2020**

Dispõe sobre a publicação da lista de medicamentos distribuídos gratuitamente a população pelo Sistema Único de Saúde (SUS). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.891**23 DE JANEIRO DE 2020**

Dispõe sobre o pagamento, por meio de cartão de débito e de crédito, dos débitos decorrentes do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), das multas e demais débitos relativos ao veículo no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.892**23 DE JANEIRO DE 2020**

Dispõe sobre a realização do exame rápido para a dosagem de troponina cardíaca, no âmbito da rede pública estadual de saúde. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.893**23 DE JANEIRO DE 2020**

Altera a Lei Nº 14.675, de 2009, que institui o código estadual do meio ambiente e estabelece outras providências, para regulamentar a extração de cascalho. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.894**23 DE JANEIRO DE 2020**

Dispõe sobre o dever de informação ao consumidor acerca do direito de arrependimento, nos casos em que a contratação do fornecimento de produtos ou serviços e realizada fora do estabelecimento comercial. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.895**27 DE JANEIRO DE 2020**

Estabelece normas e critérios básicos de preservação de solo, do meio ambiente, fauna e flora, proteção e defesa da saúde, mediante combate preventivo e controle da poluição, conservação da natureza e práticas de manejo dos recursos naturais para as presentes e futuras gerações, institui e define como zona de livre exploração do fosfato natural ou rocha fosfática, derivados e estocagem de enxofre submetido a reações químicas visando a produção de ácido sulfúrico. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.896**27 DE JANEIRO DE 2020**

Altera a lei nº 15.617, de 2011, que dispõe que todos os atos oficiais dos poderes executivo, legislativo e judiciário, do Ministério Público e do tribunal de contas, e dos órgãos que especifica, que impliquem na realização de despesas públicas, deverão ser publicados no diário oficial do estado, com o fim de incluir a publicação de ingressos, transferências e receitas públicas, no âmbito do poder executivo, bem como atualizar a sua redação ao decidido na adi TJSC nº 2012.012467-5. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.897**27 DE JANEIRO DE 2020**

Altera a lei nº 17.292, de 2017, que consolida

a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência, para dar nova redação aos seus arts. 175, com o fim de incluir o cão de assistência para outras deficiências, e 180, para conceituar tal expressão. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.898**27 DE JANEIRO DE 2020**

Veda a concessão de benefício fiscal, a inclusão em programas de recuperação fiscal e/ou a concessão de financiamentos pelo poder público as empresas que, direta ou indiretamente, tenham submetido trabalhadores a condição análoga a de escravo. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.899**27 DE JANEIRO DE 2020**

Altera a lei nº 14.365, de 2008, com a redação dada pela lei nº 17.725, de 23 de abril de 2019, que determina a afixação de cartazes, nos locais que especifica, com mensagem sobre exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes, para incluir a divulgação do aplicativo proteja brasil no texto dos cartazes a que se refere. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.900**27 DE JANEIRO DE 2020**

Institui o selo logística reversa de resíduos sólidos. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.901**27 DE JANEIRO DE 2020**

Dispõe sobre a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.902**27 DE JANEIRO DE 2020**

Dispõe sobre a aplicação de multa para pessoas que participem da tradição açoriana conhecida como farra do boi em território catarinense e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.903**27 DE JANEIRO DE 2020**

Dispõe sobre a apresentação, pelo secretário de Estado da Saúde, de relatório quadrimestral, de indicadores de produtividade dos hospitais públicos do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.904**27 DE JANEIRO DE 2020**

Altera a lei nº 12.125, de 2002, que concede passagem intermunicipal gratuita a crianças portadoras de câncer, para estender o benefício aos adultos com câncer. ([Inteiro teor](#))

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 17.905

27 DE JANEIRO DE 2020

Autoriza o poder executivo a municipalizar o trecho do antigo traçado da sc-161, não pavimentado, que liga os municípios de Anchieta a Romelândia. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.906

27 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre a organização e controle de crianças e idosos abrigados em casas de proteção no estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.907

27 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre afixação, em lugar visível, dos direitos dos idosos em ambiente hospitalar, no Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.908

27 DE JANEIRO DE 2020

Institui o selo empresa humanitária no Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.909

27 DE JANEIRO DE 2020

Institui o selo verde vida. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.910

27 DE JANEIRO DE 2020

Denomina Carlos Evandro Luz o complexo da Po-

lícia Civil, no município de Caçador. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.911

28 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre a vacinação domiciliar as pessoas com deficiência motora, multideficiência com dificuldade de locomoção, e doenças incapacitantes e degenerativas, no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.912

28 DE JANEIRO DE 2020

Acrescenta os § 1º, § 2º e § 3º ao art. 1º da lei nº 13.917, de 2006, que dispõe sobre a utilização da madeira apreendida no estado de Santa Catarina pelos órgãos de amparo e proteção ao meio ambiente e repressão a crimes ambientais. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.913

28 DE JANEIRO DE 2020

Altera a lei nº 15.435, de 2011, que dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, institui a carta estadual de serviços ao cidadão e adota outras providências, para incluir a dispensa da autenticação de cópia de documentos expedidos no país. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.914

28 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre a execução orçamentaria de

emendas parlamentares aos municípios declarados em estado de emergência ou de calamidade pública. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.915

28 DE JANEIRO DE 2020

Institui o projeto de prevenção da violência doméstica com a estratégia de saúde da família, e adota outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.916

28 DE JANEIRO DE 2020

Altera a lei nº 16.473, de 2014, que dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos pelas farmácias e drogarias e adota outras providências, para o fim de permitir a comercialização de produtos de conveniência, nos referidos estabelecimentos, garantir a qualificação das farmácias como estabelecimentos de saúde, bem como instituir as penalidades em caso de seu descumprimento. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.917

28 DE JANEIRO DE 2020

Revoga a lei nº 15.596, de 14 de outubro de 2011, que dispõe sobre a alienação de participação acionária minoritária na companhia catarinense de águas e saneamento (casan), e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETOS

DECRETO Nº 419

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Regulamenta o art. 26 da lei federal nº 13.954, de 2019, que altera a lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (estatuto dos militares), a lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, a lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (lei do serviço militar), a lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, a lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, e o decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o sistema de proteção social dos militares; revoga dispositivos e anexos da medida provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e da lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; e da outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 420

27 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o decreto nº 344, de 2019, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e pelas entidades da administração pública estadual, integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, durante a execução orçamentaria e financeira do exercício, bem como para o fechamento orça-

mentário, financeiro e contábil, mensal e anual, em cumprimento as normas de direito financeiro, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 421

27 DE DEZEMBRO DE 2019

Atualiza os valores das taxas estaduais previstas na lei nº 7.541, de 1988, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 422

27 DE DEZEMBRO DE 2019

Aprova o regulamento da academia de Polícia Militar da Trindade e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 423

27 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o art. 1º do decreto nº 387, de 2019, que dispõe sobre a composição do conselho estadual de acompanhamento e controle social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e valorização dos profissionais da educação (Fundeb). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 424

9 DE JANEIRO DE 2020

Decreta luto oficial. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 425

17 DE JANEIRO DE 2020

Altera o anexo único do decreto nº 1.323, de 2012, que aprova a classificação da despesa pública para o estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 426

17 DE JANEIRO DE 2020

Altera a programação físico-financeira do plano plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela lei nº 17.874, de 2019. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 427

21 DE JANEIRO DE 2020

Declara de utilidade pública, para fins de aquisição, por doação ou desapropriação, total ou parcial, amigável ou judicial, os bens imóveis situados a margem da faixa de domínio constantes das áreas que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETOS

DECRETO Nº 428

21 DE JANEIRO DE 2020

Altera o decreto nº 486, de 2015, que dispõe sobre a expedição e o uso da carteira de identidade funcional de auditor fiscal da receita estadual (cif-afre). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 429

21 DE JANEIRO DE 2020

Introduz as alterações 4.084 a 4.086 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 430

21 DE JANEIRO DE 2020

Altera a programação físico-financeira do plano plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovada pela lei nº 17.874, de 2019. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 431

23 DE JANEIRO DE 2020

Decreta luto oficial. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 432

23 DE JANEIRO DE 2020

Fixa o calendário de feriados e pontos facultativos do ano de 2020 para os órgãos e as entidades da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo estadual. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 433

23 DE JANEIRO DE 2020

Introduz a alteração 4.087 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 434

23 DE JANEIRO DE 2020

Introduz a alteração 4.088 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 435

23 DE JANEIRO DE 2020

Altera o art. 2º do decreto nº 1.711, de 2018, que introduz a alteração 3.938 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 436

23 DE JANEIRO DE 2020

Regulamenta a lei nº 17.754, de 2019, que institui a carteira de identificação do autista no âmbito do estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 437

24 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre a competência, a composição, a organização e o funcionamento do conselho estadual de transporte de passageiros (CTP) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 438

24 DE JANEIRO DE 2020

Altera o decreto nº 144, de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 439

24 DE JANEIRO DE 2020

Aprova a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso de recursos estaduais para o primeiro quadrimestre do exercício financeiro de 2020 e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 440

28 DE JANEIRO DE 2020

Altera a programação físico-financeira do plano plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovada pela lei nº 17.874, de 2019. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 445

28 DE JANEIRO DE 2020

Homologa situação de emergência no município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 446

28 DE JANEIRO DE 2020

Introduz a alteração 4.089 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 447

28 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre a inserção dos delegados de polícia de entrância especial no 4º grupo da tabela de diárias do decreto nº 1.127, de 2008. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 448

28 DE JANEIRO DE 2020

Altera a programação físico-financeira do plano plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovada pela lei nº 17.874, de 2019. ([Inteiro teor](#))

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 13.974

7 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.975

7 DE JANEIRO DE 2020

Altera a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, para incluir a exploração de rochas ornamentais e de revestimento e de carbonatos de cálcio e

de magnésio no regime de licenciamento ou de autorização e concessão. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.976

7 DE JANEIRO DE 2020

Altera a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, a fim de dispor sobre competência do Comando da Marinha para promover o licenciamento e a fiscalização dos meios navais e suas plantas nucleares embarcadas para propulsão e do transporte de seu combustível nuclear. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.977

8 DE JANEIRO DE 2020

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.978

17 DE JANEIRO DE 2020

Estima a receita e fixa a despesa da União para exercício financeiro de 2020. ([Inteiro teor](#))

DECRETOS

DECRETO Nº 10.197

2 DE JANEIRO DE 2020

Altera o Decreto nº 8.573, de 19/11/2015, para estabelecer o Consumidor.gov.br como plataforma oficial da administração pública federal direta, autárquica e fundacional para a auto-composição nas controvérsias em relações de consumo. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.198

3 DE JANEIRO DE 2020

Altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração dessas infrações. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.199

15 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre a qualificação da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.200

15 DE JANEIRO DE 2020

Revoga o Decreto de 30/07/2010, que cria a Zona de Processamento de Exportação de Aracruz, no Município de Aracruz, Estado do Espírito Santo, e o Decreto de 22 de dezembro de 2010, que retifica a área total da referida Zona de Processamento de Exportação. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.201

15 DE JANEIRO DE 2020

Regulamenta o § 4º do art. 1º e o art. 2º da Lei nº 9.469, de 10/07/1997, para fixar os valores de alçada para a autorização de acordos ou transações celebradas por pessoa jurídica de direito público federal e por empresas públicas federais, para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.202

15 DE JANEIRO DE 2020

Delega a competência ao Ministro de Estado da Economia para a prática dos atos que especifica. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.203

22 DE JANEIRO DE 2020

Altera o Decreto nº 7.217, de 21/07/2010, que regulamenta a Lei nº 11.445, de 05/01/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.204

22 DE JANEIRO DE 2020

Altera o Decreto nº 9.672, de 02/01/2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente, remaneja cargos em comissão e função de confiança e transforma cargos em comissão. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.205

22 DE JANEIRO DE 2020

Altera o Decreto nº 9.678, de 2/01/2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Casa Civil da Presidência da República, e remaneja cargos em comissão. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.206

22 DE JANEIRO DE 2020

Dispões sobre a qualificação do Serviço Federal de Processamento de Dados no âmbito do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestabilização. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.207

22 DE JANEIRO DE 2020

Revoga o Decreto nº 3.135, de 10 de agosto de 1999, que dispõe sobre o provimento do cargo que mencionou no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.208

22 DE JANEIRO DE 2020

Revoga o Decreto nº 3.447, de 05/08/2000, que delega competência ao Ministro de Estado da Justiça para resolver sobre a expulsão de estrangeiro do País. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.209

22 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre a requisição de informações e documentos e sobre o compartilhamento de informações protegidas sobre o sigilo fiscal. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.210

23 DE JANEIRO DE 2020

Regulamenta o art. 18 da Lei nº 13.954, de 16/12/2019, que dispõe sobre a contratação de militar inativo para o desempenho de atividades de natureza civil na administração pública. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.211

30 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre o Grupo Executivo Interministerial de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional - GEI-ESPII. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.212

30 DE JANEIRO DE 2020

Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.213

30 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre a execução do Centésimo Octogésimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 (180PA-ACE18), firmado pela República Federativa do Brasil, pela República Argentina, pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.214

30 DE JANEIRO DE 2020

Promulga o texto da Convenção de Viena sobre Sucessão de Estados em Matéria de Tratados, concluída em Viena, em 23/08/1978. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.215

30 DE JANEIRO DE 2020

Promulga o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, de 19/01/2007. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.216

30 DE JANEIRO DE 2020

Institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do Plano Nacional de Saneamento Básico. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.217

30 DE JANEIRO DE 2020

Altera o Decreto nº 6.382, de 27/02/2008, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Comissão de Valores Mobiliários, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.218

30 DE JANEIRO DE 2020

Transfere a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Economia. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.219

30 DE JANEIRO DE 2020

Altera o Decreto nº 10.178, de 18/12/2019, que regulamenta dispositivos da Lei nº 13.874, de 20/09/2019, para dispor sobre os critérios e os procedimentos para a classificação de risco de atividade econômica e para fixar o prazo para aprovação tácita. ([Inteiro teor](#))

PORTARIAS

**PORTARIA GAB/PGE 01/20
14 DE JANEIRO DE 2020**

A Procuradora-geral do estado, no uso da competência conferida pelo §1º do artigo 103 da Constituição do Estado de Santa Catarina e pelo art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

Resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria GAB/PGE nº 090/17, de 21 de novembro de 2017, que estabelece a lotação de Procuradores do Estado para o funcionamento das Procuradorias Regionais, para aumentar o quantitativo de Procuradores da Regional de São Miguel do Oeste para três (03).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Célia Iraci da Cunha
Procuradora-geral do Estado

**PORTARIA GAB/PGE 02/20
14 DE JANEIRO DE 2020**

A Procuradora-geral do estado, no uso das atribuições previstas no art. 54 e seguintes da Lei Complementar nº 317, de 30.12.2005,

Resolve:

Designar os Procuradores do Estado Eduardo Zanatta Brandeburgo, Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Jurídicos, Fernando Mangrich Ferreira, Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos e Elisângela Strada, Procuradora-Chefe do Contencioso, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a comissão para realização de processo de remoção de Procurador do Estado para a Procuradoria Regional de São Miguel do Oeste.

Convocar os Procuradores do Estado para, querendo, manifestarem interesse no preenchimento de vaga, observando-se o seguinte procedimento:

Art. 1º O processo de remoção previsto nesta portaria visa ao preenchimento de 01 (uma) vaga na Procuradoria Regional de São Miguel do Oeste.

Art. 2º O prazo para o Procurador do Estado interessado efetuar sua inscrição no concurso de remoção, manifestando de forma expressa interesse no preenchimento da vaga, é de 02 (dois) dias úteis, até às 17:00 horas do segundo dia, a partir da data da publicação desta portaria.

Art.3º As inscrições deverão ser encaminhadas ao Presidente da Comissão, mediante contra-fé, ou através do seguinte e-mail: eduardo@pge.sc.gov.br.

Art. 4º As inscrições serão confirmadas pelo mesmo instrumento.

Art. 5º Não havendo manifestação sobre o concurso de remoção considerar-se-á como aceitação de permanência no atual local de lotação.

Art. 6º Terá preferência para preenchimento da vaga o Procurador do Estado que tiver maior tempo de efetivo exercício na carreira e, em caso de empate, o que obteve melhor classificação no concurso de ingresso.

Art. 7º Após o julgamento pela Comissão o resultado será publicado na sede e através do e-mail funcional dos Procuradores do Estado.

Art. 8º Eventual pedido de desistência deverá ser formalizado por um dos instrumentos referidos no artigo 3º, acima, e deverá ser protocolado, antes do julgamento dos requerimentos.

Art. 9º O preenchimento da vaga referida nesta portaria dar-se-á de acordo com a necessidade do serviço e a disponibilidade de pessoal.

Art. 10. O prazo para recurso contra o resultado do concurso de remoção, dirigido ao Presidente da Comissão é de um dia útil, contado de sua divulgação.

Art. 11. A Comissão poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de até cinco dias, ou, neste mesmo prazo, mantê-la e encaminhar o processo ao Procurador-Geral do Estado para deliberação definitiva sobre o recurso.

Art. 12. Transcorrido o prazo sem que haja recurso, o processo será encaminhado ao Procurador-Geral do Estado para homologação do procedimento e edição dos atos de remoção.

Célia Iraci da Cunha
Procuradora-geral do Estado

**PORTARIA GAB/PGE 03/20
16 DE JANEIRO DE 2020**

A Procuradora-geral do estado e o Presidente do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e tendo em vista o que consta na Lei Complementar nº 485/2010 e Lei Complementar nº 226/2002,

Resolvem:

Art. 1º Fica designada a Comissão de Avaliação do Estágio Probatório do servidor ingressante em cargo de provimento efetivo Advogado Autárquico, João Paulo Rodrigues Junior, lotado no IMA, atu-

almente em colaboração no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, constituída pelos seguintes membros: os Procuradores do Estado Rosângela Conceição de Oliveira Mello, matrícula nº 0365915-1-01; Daniel Rodriguez Teodoro da Silva, matrícula 0365922-4-01; e o Coordenador de Grupo Luiz Antonio de Souza, matrícula nº 0150694-3-01.

Parágrafo único. Fica designado como suplente: Procurador do Estado Marcelo Mendes, matrícula nº 0340550-8-01.

**PORTARIA GAB/PGE 05/20
17 DE JANEIRO DE 2020**

A Procuradora-geral do estado, no uso das atribuições previstas no art. 54 e seguintes da Lei Complementar nº 317, de 30.12.2005,

Resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado do concurso de remoção para o preenchimento de 01 (uma) vaga disponível na Procuradoria Regional de São Miguel do Oeste deflagrado pela Portaria GAB/PGE nº 002/20, em que foi declarado habilitado o Procurador do Estado Felipe Barreto de Melo.

Art. 2º O termo inicial do prazo de 15 (quinze) dias para fins de trânsito do Procurador do Estado removido será definido por ato específico. (República por incorreção).

Célia Iraci da Cunha
Procuradora-geral do Estado

PORTARIA CONJUNTA Nº 006/2020/PGE/JUCESC - 23 DE JANEIRO DE 2020

A Procuradora-geral do estado de Santa Catarina e o Presidente da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e tendo em vista o que consta nas Leis Complementares nºs 226/2002 e 485/2010,

Resolvem:

Homologar o período de estágio probatório da Servidora Renata Von Hoonholtz Trindade, matrícula 980373-4, nomeada por concurso público, confirmando-a no cargo de advogado autárquico do quadro de pessoal da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, declarando-a estável a partir de 26/12/2019.

CÉLIA IRACI DA CUNHA
Procuradora-Geral do Estado

JULIANO BATALHA CHIODELLI
Presidente da JUCESC

PARECER Nº 004/20-PGE

PROCESSO: PCSC 66937/2013

ORIGEM: Corregedoria da Polícia Civil

ASSUNTO: Processo Administrativo Disciplinar

– Cumprimento dos requisitos legais

INTERESSADOS: Almir da Silva Malinverni, Paulo Ricardo de Oliveira, Arno Mense.

AUTOR: Evandro Régis Eckel

EMENTA: processo Administrativo Disciplinar. Agentes de Polícia Civil. Infrações disciplinares configuradas. Artigos 210, XVII e XIX, e 211, III, da Lei nº 6.843/1986 – EPC. Pena de demissão qualificada. Cumprimento dos requisitos legais. Ausência de nulidades processuais.

PARECER Nº 005/20-PGE

PROCESSO: PMSC 20403/2019

INTERESSADO: 3º Sargento PM RR Marcelo Orige de Souza

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: recurso de Queixa. Extravio do bloco de atuação de infração de trânsito - AIT. Penalidade de 02 dias de detenção. Cumprimento dos Requisitos Legais. Recurso de Queixa tempestivo. Pelo conhecimento e desprovemento do recurso.

PARECER Nº 006/20-PGE

PROCESSO: SJC 35884/2019

INTERESSADO: Samayne Freitas Coelho

AUTOR: Jair Augusto Scrocaro

EMENTA: nomeação para função gratificada de gerente de saúde, ensino e promoção social na sap. Esposa de servidor designado para função gratificada de assistente de gabinete na mesma secretaria. Ausência de interferência na designação. Inexistência de subordinação hierárquica. Nepotismo não verificado no caso concreto.

PPARECER Nº 008/20-PGE

PROCESSO: SJC 79694/2017

INTERESSADO: Polícia Militar

AUTOR: Jair Augusto Scrocaro

EMENTA: minuta de projeto de lei. Secretaria da Justiça e Cidadania. Plantão e sobreaviso. Médicos lotados e em exercício no hospital de custódia e tratamento psiquiátrico. Substituição de hora regular de trabalho por sobreaviso. Risco de litigiosidade.

PARECER Nº. 009/20-PGE

PROCESSO: SCC 0000227/2020

ORIGEM: Casa Civil

ASSUNTO:Autógrafo do Projeto de Lei nº 148/2019

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: autógrafo do Projeto de Lei nº 148/2019, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que “Altera a Lei nº 17.292, de 2017, que ‘Consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência’, para incluir, no seu art. 8º, a divulgação dos direitos das pessoas com deficiência no rol dos objetivos a serem alcançados”. Competência Legislativa Concorrente, art. 24. XIV, da CRFB. Constitucionalidade.

PARECER Nº 012/20

PROCESSO: SCC 252/2020

ORIGEM: Casa Civil

ASSUNTO: Autógrafo de Projeto de Lei

AUTOR: Evandro Régis Eckel

EMENTA: Autógrafo de Projeto de Lei, Proposição de origem parlamentar. Interferência na organização e no funcionamento do Poder Executivo. Iniciativa de lei reservada ao Governador do Estado. Violação de normas constitucionais. Arts. 32, 50, § 2º, VI, e 71, IV, alínea “a”, da Constituição Estadual. Inconstitucionalidade formal. Recomendação de veto.

PPARECER Nº 013/20

PROCESSO: SCC 224/2020

INTERESSADO: Casa Civil

AUTOR: Jair Augusto Scrocaro

EMENTA: Autógrafo – Projeto de Lei de iniciativa parlamentar que “Dispõe sobre a aplicação de multa para pessoas que participem da tradição açoriana conhecida como “Farra do Boi” em Território catarinense e estabelece outras providências”. – Dispositivo que cria obrigação a órgão do Poder Executivo. Ofensa ao Princípio de Separação do Poderes. Recomendação de veto parcial.

PARECER Nº 014/20-PGE

PROCESSO: SCC 0000199/2020

ORIGEM: Casa Civil

ASSUNTO:Autógrafo do Projeto de Lei nº 187/2019

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei nº 187/2019, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que “Altera a Lei nº 15.617, de 2011, que ‘Dispõe que todos os atos oficiais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, e dos órgãos que especifica, que impliquem na realização de despesas públicas, deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado’, com o fim de incluir a publicação de ingressos, transferências e receitas públicas, no âmbito do Poder Executivo, bem como atualizar a sua redação ao decidido na ADI TJSC nº 2012.012467-5. Vício de Iniciativa. (Parecer 216/2011). Recomendação de Veto.

PARECER Nº 015/20-PGE

PROCESSO: SCC 286/2020

ORIGEM: Casa Civil

ASSUNTO: Autógrafo de Projeto de Lei

AUTOR: Evandro Régis Eckel

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei que cria Escrivanias de Paz em municípios. Proposta de iniciativa do Poder Judiciário. Art. 96, II, “b” e “d” da Constituição Federal. Art. 83, IV, “c” e “d” da Constituição Estadual. Precedentes do STF. Constitucionalidade. Recomendação de sanção.

PARECER Nº 016/20-PGE

PROCESSO: SCC 00000282/2020

INTERESSADO: Casa Civil.

ASSUNTO: Autógrafo de Projeto de Lei

AUTOR: Daniela Sieberichs Leal

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei nº 311/2019 que “Institui o ‘Projeto de Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família’ e adota outras providências”. Iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Aumento de despesas e imposição de atribuições a órgãos da Administração Pública. Inconstitucionalidade. Recomendação de veto.

PARECER Nº 017/20-PGE

PROCESSO: SCC 0000235/2020

ASSUNTO: Autógrafo de Projeto de Lei

INTERESSADO: Casa Civil.

Autor: Loreno Weissheimer

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei nº 092/2019, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que “Altera a Lei nº 12.125, de 2002, que ‘Concede passagem intermunicipal gratuita a crianças portadoras de câncer’, para estender o benefício aos adultos com câncer.” Vício formal de iniciativa. art. 61, inciso II, letra e) da Constituição Federal e art. 50, § 2º, inciso VI, da Constituição Estadual. Inconstitucionalidade.

PARECER Nº 018/20-PGE

PROCESSO: SCC 266/2020

AUTOR: Jair Augusto Scrocaro

EMENTA: autógrafo – projeto de lei de iniciativa parlamentar que “revoga a lei nº 15.596, de 14/10/2011, que dispõe sobre a alienação de participação acionária minoritária na companhia catarinense de águas e saneamento (casan), e estabelece outras providências” – iniciativa da proposição em consonância com as regras constitucionais. Ausência de óbices constitucional e infralegal.

PARECER Nº 019/20-PGE

PROCESSO: SCC 216/2020

ORIGEM: Casa Civil

ASSUNTO: Autógrafo de Projeto de Lei

AUTOR: Evandro Régis Eckel

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei que estabelece normas e critérios básicos de precaução e preservação do solo, do meio ambiente, fauna e flora, proteção e defesa da saúde, instituindo e definindo como zona livre de exploração do fosfato natural ou rocha asfáltica, derivados e estocagem de enxofre, submetido a reações químicas visando a produção de ácido sulfúrico. Competência concorrente do Estado para legislar proteção do meio ambiente e controle da poluição. Art. 24, VI, da Constituição Federal. Art. 10, VI, da Constituição Estadual. Constitucionalidade. Recomendação de sanção.

PARECER Nº 020/20-PGE

PROCESSO: SCC 213/2020

ORIGEM: Casa Civil

ASSUNTO: Autógrafo de Projeto de Lei

AUTOR: Evandro Régis Eckel

EMENTA: Autógrafo de Projeto de Lei. Proposição de iniciativa parlamentar. Criação de obrigação e atribuição ao Poder Executivo. Arts. 32,

50, § 2º, VI, 71, IV, alínea “a”, da CE/89. Iniciativa de lei reservada ao Governador do Estado. Ofensa à autonomia municipal. Art. 110 CE/89. Vício de inconstitucionalidade. Recomendação de veto integral.

PARECER Nº 021/20-PGE
PROCESSO: SCC 256/2020

INTERESSADO: Casa Civil
AUTOR: Jair Augusto Scrocaro
EMENTA: Autógrafo – Projeto de Lei de iniciativa parlamentar que “Altera a Lei nº 14.365, de 2008, com a redação dada pela Lei nº 17.725, de 23 de abril de 2019, que ‘Determina a afixação de cartazes, nos locais que especifica, com mensagem sobre exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes’, para incluir a divulgação do aplicativo Proteja Brasil no texto dos cartazes a que se refere”. Constitucionalidade. Competência Legislativa Concorrente. Artigo 24, inciso XV da Constituição Federal.

PARECER Nº 022/20-PGE
PROCESSO: SCC 244/2020

INTERESSADO: Casa Civil
ASSUNTO: Autógrafo do Projeto de lei 146/2019
AUTORA: Queila de Araújo Duarte Vahl
EMENTA: projeto de lei de iniciativa parlamentar. Altera a lei 16.473, de 2014 que “dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos pelas farmácias e drogas e adota outras providências” para o fim de permitir a comercialização de produtos de conveniência, nos referidos estabelecimentos, garantir a qualificação das farmácias como estabelecimentos de saúde, bem como instituir as penalidades em caso de seu descumprimento. Constitucionalidade.

PARECER Nº 023/20-PGE
PROCESSO: SCC 184/2020

INTERESSADO: Casa Civil
AUTOR: Jair Augusto Scrocaro
EMENTA: Autógrafo – Projeto de Lei de iniciativa parlamentar que “Dispõe sobre o pagamento, por meio de cartão de débito e de crédito, dos débitos decorrentes do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), das multas e demais débitos relativos ao veículo no âmbito do Estado de Santa Catarina” – Dispositivo que cria obrigação a órgão do Poder Executivo. Ofensa ao Princípio de Separação do Poderes e ao Art. 22, XI, da CF/88. Recomendação de veto.

PARECER Nº 024/20-PGE
PROCESSO: SCC 194/2020

ORIGEM: Casa Civil
AUTOR: Silvio Varela Junior
EMENTA: Autógrafo de Projeto de Lei. Dispõe sobre a destinação de madeira apreendida no Estado pelos órgãos públicos. PL de origem parlamentar. Interferência na organização e no funcionamento do Poder Executivo. Violação de normas constitucionais. Art. 32 e art. 71, incisos I e IV, alínea “a”, da Constituição Estadual. Recomendação de veto.

PARECER Nº 025/20-PGE
PROCESSO: SCC 0000204/2020

ASSUNTO: Autógrafo de Projeto de Lei
INTERESSADO: Casa Civil
AUTOR: Loreno Weissheimer
EMENTA: Ementa: Autógrafo do Projeto de Lei nº 270/2018, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que “Dispõe sobre a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências”. Lei federal n.º 12.977/2014 (Lei do desmanche). Competência Legislativa Concorrente. Inc. V, VIII, e §2.º, do art. 24, da Constituição Federal. Competência Suplementar dos Estados. Constitucionalidade.

PARECER Nº 026/20-PGE
PROCESSO: SCC 221/2020

ORIGEM: Casa Civil
AUTOR: Silvio Varela Junior
EMENTA: Autógrafo de Projeto de Lei. Estabelece condições para a concessão de benefício fiscal às empresas. Inexistência de vício de inconstitucionalidade.

PARECER Nº 027/20-PGE
PROCESSO: SCC 247/2020

ORIGEM: Casa Civil
AUTOR: André Doumid Borges
EMENTA: Autógrafo de projeto de lei de iniciativa parlamentar. Projeto de lei que institui o selo Empresa Humanitária no Estado de Santa Catarina. Criação de atribuição para órgão do Poder Executivo em projeto de lei de iniciativa parlamentar. Inconstitucionalidade por infração aos arts. 32 e 71, IV, ‘a’, da Constituição Estadual.

PARECER Nº 028/20-PGE
PROCESSO: SCC0000260/2020

INTERESSADO: Casa Civil
ASSUNTO: autografo do projeto de lei 388/2019
AUTOR: Queila de Araújo Duarte Vahl
EMENTA: projeto de lei que “institui o Selo Logística Reversa de Resíduos Sólidos”, no estado de Santa Catarina. Constitucionalidade.

PARECER Nº 029/20-PGE
PROCESSO: SCC 0000262/2020

ASSUNTO: Autógrafo de Projeto de Lei
INTERESSADO: Casa Civil
AUTOR: Loreno Weissheimer
EMENTA: Ementa: Autógrafo do Projeto de Lei Complementar nº 028/2019, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que “Reestrutura as Funções de Confiança e Gratificadas do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, constantes da Resolução nº 002, de 2006 (inclusive as decorrentes do seu art. 31), que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 2015. Art. 40, Inc. XIX, da Constituição Estadual. Constitucionalidade.

PARECER Nº 030/20-PGE
PROCESSO: SCC 272/2020

INTERESSADA: Casa Civil
AUTOR: André Doumid Borges
EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei nº 136/2019 que “Dispõe sobre a realização do exame rápido para a dosagem de troponina cardíaca, no âmbito da rede estadual de saúde”. Origem Parlamentar. Competência Estadual. Iniciativa Privativa do Chefe do Poder Executivo. Inconstitucionalidade.

PARECER Nº 031/20-PGE
PROCESSO: SCC 274/2020

ORIGEM: Casa Civil
ASSUNTO: Autógrafo de Projeto de Lei
AUTOR: Evandro Régis Eckel
EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei que dispõe sobre execução orçamentária de Emendas Parlamentares Impositivas (EPIs) aos Municípios que declararem estado de emergência ou de calamidade pública. Prioridade dentre as EPIs. Constitucionalidade. Recomendação de sanção.

PARECER Nº 032/20-PGE
PROCESSO: SCC 239/2020

INTERESSADO: Casa Civil
AUTOR: Jair Augusto Scrocaro
EMENTA: Autógrafo – Projeto de Lei de iniciativa parlamentar que “Autoriza o Poder Executivo a municipalizar o trecho do antigo traçado da SC-161, não pavimentado, que liga os Municípios de Anchieta a Romelândia” – Iniciativa da Proposição em Consonância com as Regras Constitucionais – Texto que não impõe obrigações ao Poder Executivo – Parecer pela sanção governamental.

PARECER Nº 033/20-PGE
PROCESSO: SCC 230/2020

ORIGEM: Casa Civil
AUTOR: André Doumid Borges
EMENTA: Autógrafo de projeto de lei de iniciativa parlamentar. Direito do Consumidor. “Dispõe sobre o dever de informação ao consumidor acerca do direito de arrependimento, nos casos em que a contratação do fornecimento de produtos ou serviços é realizada fora do estabelecimento comercial.” Exercício da competência legislativa concorrente. Direito do Consumidor. Art. 24, V, da C.F. Constitucionalidade, com exceção do art. 2º, que dispõe de forma diversa do estabelecido pelo CDC.

PARECER Nº 034/20-PGE
PROCESSO: SCC 270/2020

INTERESSADO: Casa Civil
AUTOR: Jair Augusto Scrocaro
EMENTA: Autógrafo – Projeto de Lei de iniciativa parlamentar que “Dispõe sobre a organização e controle de crianças e idosos abrigados em casas de proteção no Estado de Santa Catarina” – Dispositivos da proposição que criam obrigações a órgão do Poder Executivo. Ofensa ao Princípio da Separação do Poderes. Recomendação de veto parcial.

PARECER Nº 036/20-PGE
PROCESSO: SCC 209/2020

ORIGEM: Casa Civil

ASSUNTO: Autógrafo de Projeto de Lei

AUTOR: Evandro Régis Eckel

EMENTA: Autógrafo de Projeto de Lei que altera norma do Código Estadual do Meio Ambiente. Proposição de origem parlamentar.

1. Dispensa de licenciamento ambiental para atividade de lavra a céu aberto por escavação de cascalheira sem finalidade comercial. Competência concorrente da União e do Estado para legislar sobre a matéria. Necessidade de observância das normas gerais editadas pela União. Lei Federal nº 6.938/81. Atividade considerada potencialmente poluidora e utilizadora de recurso ambiental. Extrapolação da competência legislativa suplementar. Inconstitucionalidade formal. 2. Processo simplificado de licenciamento para lavra a céu aberto de material típico de uso na construção civil. Definição das atividades ou empreendimentos potencialmente causadores de pequeno impacto ambiental e respectivos procedimentos simplificados para licenciamento. Competência do CONSEMA. Art. 6º, §1º da Lei nº 6.938/81. Resolução nº 237/197 CONAMA. Observância obrigatória no exercício da competência suplementar. Inconstitucionalidade formal. Necessidade de EIA para licenciamento de atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente. Art. 225, § 1º, IV, da CF e arts. 181 e 182, V, da CE. Recomendação de veto.

PARECER Nº 037/20-PGE
PROCESSO: SCC 0000250/2020

ASSUNTO: Autógrafo de Projeto de Lei

INTERESSADO: Casa Civil.

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei nº 182/2019, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que “Institui o Selo Verde Vida”. Constitucionalidade.

PARECER Nº 038/20-PGE
PROCESSO: 232/2020/2016

INTERESSADO: Casa Civil

ASSUNTO: Autógrafo do projeto de lei 378/2017

AUTOR: Queila de Araújo Duarte Vahl

EMENTA: Projeto de lei altera a carta estadual de serviços ao cidadão. Constitucionalidade.

PARECER Nº 040/20-PGE
PROCESSO: SCC 268/2020

ORIGEM: Casa Civil

AUTOR: André Doumid Borges

EMENTA: Autógrafo de projeto de lei de ini-

ciativa parlamentar que “Dispõe sobre a apresentação, pelo Secretário de Estado da Saúde, de relatório quadrimestral, de indicadores de produtividade dos hospitais públicos do Estado de Santa Catarina.” Inconstitucionalidade frente aos artigos 2º e 198, § 3º, III, da Constituição Federal.

PARECER Nº 041/20-PGE
PROCESSO: SCC 189/2020

INTERESSADO: Casa Civil

AUTOR: André Doumid Borges

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei nº 199/2019 que “Institui o Programa de Preparação do Adolescente para o Mercado de trabalho no âmbito da Administração Pública Estadual”. Inconstitucionalidades formal e material por violação aos artigos 22, incisos I e XVI, 37, inciso XXI e 19, inciso III, todos da Constituição Federal. Sugestão de oposição de veto.

PARECER Nº 043/20-PGE
PROCESSO: SCC 278/2020

ORIGEM: Casa Civil

AUTOR: Silvio Varela Junior

Ementa: Autógrafo de Projeto de Lei. Dispõe sobre medidas de conscientização a respeito da importância da doação de órgãos e de tecidos para transplante nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio. Interferência da ALESC na organização e funcionamento da Administração Pública. Recomendação de veto.

PARECER Nº 044/20-PGE
PROCESSO: SCC 241/2020

ORIGEM: Casa Civil

AUTOR: Silvio Varela Junior

EMENTA: Autógrafo de projeto de lei. PL de origem parlamentar. Obriga a colocação de cartazes sobre os direitos dos idosos em ambiente hospitalar. Instituição de encargo para o Poder Executivo. Interferência nos assuntos da administração interna dos órgãos do Poder Executivo. Arts. 32 e 71, incisos I e IV, alínea “a”, da Constituição Estadual. Violação de preceitos constitucionais. Recomendação de veto.

PARECER Nº 045/20-PGE
PROCESSO: SEF 0759/2019

ASSUNTO: Liquidação CODESC

ORIGEM: Secretaria de Estado da Fazenda

INTERESSADO: Diretoria do Tesouro Estadual **AUTOR:** Thiago Aguiar

EMENTA: Opina-se pela viabilidade jurídica da transferência dos bens remanescentes da CODESC para o Estado de Santa Catarina,

hipótese que se mostra, no caso concreto, mais adequada para atender o interesse público existente, devendo, concomitantemente, serem realizados os atos necessários ao término da liquidação e efetiva extinção da Companhia em fevereiro/2020, sendo imperiosa, todavia, a prévia aprovação do novo plano de ação mencionado pelo liquidante no Ofício n. 88/2019 pela Assembleia Geral de Acionistas.

PARECER Nº 046/20-PGE
PROCESSO: SEA 19273/2019

ASSUNTO: Decreto – Contratação de Serviços Terceirizados

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Administração

EMENTA: Análise de Minuta de Decreto. “Dispõe sobre a contratação de serviços terceirizados no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta do Poder Executivo”. LC n.º 741/2019. Art. 71, inciso IV, da Constituição Estadual. Constitucionalidade, legalidade e regularidade formal.

PARECER Nº 048/20-PGE
PROCESSO: SEA 636/220

ORIGEM: Secretaria de Estado da Administração

AUTOR: Silvio Varela Junior

EMENTA: Emenda Constitucional nº 103/2019. Competência privativa da União para legislar sobre “inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares” (art. 22, inc. XXI, da CF). Edição da Lei Federal nº 13.954/2019, regulamentada por meio da Instrução Normativa Federal nº 5, de 15.01.2019. Norma de observância obrigatória pelo Estado. Fixação de alíquota de contribuição vigente a partir de 17 de março de 2020. Aplicação do princípio da anterioridade tributária nonagesimal – Art. 195, § 6º, da Constituição Federal.

PARECER Nº 049/20-PGE
PROCESSO: SED 29083/2019

ORIGEM: Secretaria de Estado da Educação

ASSUNTO: Orientação jurídica sobre a imediata aplicabilidade dos arts. 3º e 21, II, da LCE 16/2018

AUTOR: Evandro Régis Eckel

EMENTA: Solicitação de orientação jurídica sobre a imediata aplicabilidade dos arts. 3º e 21, II, da LCE 716/2018. Constitucionalidade reconhecida em ADI pelo TJSC. Acórdão publicado. Cumprimento imediato. Entendimento do STF. Decreto do Poder Executivo que suspena a aplicação até julgamento de mérito da ADI. Vigência temporária. Norma em pleno vigor.